

	<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR</b>	<b>UNIDADE ACADÊMICA</b>	<b>CURSO</b>
	<b>Universidade Federal de Alagoas</b>	<b>Faculdade de Direito de Alagoas</b>	<b>Direito</b>
<b>DISCIPLINA</b>	<b>ANTROPOLOGIA JURÍDICA</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>DIRT 012</b>		
<b>PERÍODO</b>	<b>2º Período</b>		
<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>40 horas</b>		
<b>OBJETIVOS</b>			
<b>Geral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar a Antropologia Jurídica através do estudo de fatos históricos, costumes, crenças religiosas e outros traços culturais característicos dos grupos que formam a sociedade brasileira e que influenciam a criação das normas jurídicas nos variados ramos da vida cotidiana, bem como a sua aplicação pela Administração e pelos tribunais.</li> </ul>		
<b>Específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentar regras e práticas de comportamento das populações no meio urbano e rural brasileiro, que envolvem orientações culturais e étnicas particulares.</li> <li>- Abordar assuntos específicos pela ótica do conflito entre o Direito oficial e o Direito costumeiro e por sua relação com os outros domínios da organização social, como a família e o parentesco.</li> <li>- Sensibilizar os alunos para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve Antropologia e Direito, especialmente através de questões pertinentes aos temas da criminalidade e direitos humanos.</li> </ul>		
<b>EMENTA</b>			
<p>Campo de estudo da Antropologia do Direito – O debate universalidade X particularidades – Campos atuais de pesquisa da Antropologia jurídica - Direito e Religião – Antropologia, Direito e criminalidade – Racismo e machismo.</p>			
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>			
<b>1º Bimestre</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os sujeitos sociais como portadores vivos dos costumes de comunidades e da sociedade em geral.</li> <li>- Fenômenos da cultura político-jurídica do Brasil: o nepotismo; o “jeitinho” como recurso de poder; a falta de separação entre interesses públicos e privados.</li> <li>- Magia, Religião e Direito: presença, importância e repressão de práticas mágico-religiosas nas diferentes regiões brasileiras.</li> <li>- Violência urbana: adolescentes infratores, o estado das Polícias e o problema onipresente da segurança pública: algumas reflexões de antropólogos brasileiros.</li> </ul>		
<b>2º Bimestre</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Antropologia e direitos humanos: diversidade cultural e a busca de consensos; as formas de racismo no Brasil; o “machismo” e suas conseqüências sociais</li> <li>- Relações teóricas e prático-profissionais entre Antropologia e Direito.</li> </ul>		

- Processos judiciais enquanto fontes para análises histórico-antropológicas: alguns estudos brasileiros recentes.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. 4. ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e Senzala. 35. ed., Rio-São Paulo: Record, 1992.
- GEERTZ, Clifford. Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed., SP: Companhia das Letras, 2002.
- NOVAES, Regina; LIMA, Roberto Kant de (org.). Antropologia e Direitos Humanos. 2. ed., Rio de Janeiro: EdUFF, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VERIANO JR., Terto; ALVES, Caleb F.; FONSECA, Claudia. Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- WOLF, Eric. Antropologia do Poder. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2005.

### **BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA E COMPLEMENTAR**

- CRUZ, Álvaro R. de Souza. O direito à diferença. 2. ed. , Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- DAMATTA, Roberto. A Casa e a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HELM, Cecília Maria *et alii* (org.) A perícia antropológica em processos judiciais. Florianópolis: EdUFSC, 1994.
- MAGGIE, Ynonne. Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Direito Legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.
- SCHRITZMEYER, Ana L. P.; PIMENTEL, S.; PANDJIARJIAN, V. Estupro: crime ou “cortesia”? Abordagem sócio-jurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1998.
- VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (org.). Cidadania e violência. Rio: Ed. UFRJ, 2000.